

REQUERIMENTO

Regulamentação específica do Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores

Considerando que o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestres na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, de 9 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2008/A, de 12 de Agosto, prevê, no número 1 do artigo 72.º, que *“a classificação, numeração, designação e identificação dos pontos extremos e intermédios das vias das redes regional, agrícola e rural/florestal são estabelecidas por decreto regulamentar regional.”*;

Considerando que o mesmo diploma prevê, no artigo 28.º, que *“as normas relativas à demarcação das vias de redes constantes do presente diploma são aprovadas por portaria do membro do Governo Regional competente em matéria de rede viária regional.”*;

Considerando que o referido diploma prevê, no número 1 do artigo 36.º, que *“as diferentes entidades responsáveis pela gestão das vias terrestres devem ter sempre atualizado o inventário e a cartografia das suas vias, em escalas apropriadas.”*;

Considerando, que em outubro de 2018, em resposta ao requerimento nº 473/XI, o Governo Regional de então informou que estava a proceder ao levantamento prévio de todas as estradas existentes, com vista a dar cumprimento ao disposto no número 1 do artigo 72.º, prevendo, na altura, uma estimativa de nove meses para a conclusão da proposta de decreto regulamentar regional;

Considerando que, até ao presente, as classificações estruturais e funcionais das diferentes vias em estradas da rede regional, municipal e rural/florestal, e as demarcações das várias vias não foram estabelecidas, bem como permanece desatualizado o cadastro das vias dada a inexistência de regulamentação específica;

Considerando o avançado estado de degradação dos pavimentos das vias da rede agrícola e da rede rural/florestal da ilha do Faial, resultado da sua efetiva falta de manutenção nos últimos anos;

Considerando que esta regulamentação específica contribuirá para a clarificação, definição e imputação de responsabilidades em matéria de gestão e manutenção, designadamente das vias da rede agrícola e da rede rural/florestal da Região;

Considerando que o reiterado incumprimento da legislação regional, por parte dos governos anteriores, em relação a esta matéria coloca dificuldades às Juntas de Freguesia, que diariamente são confrontadas com a necessidade de recuperação, construção ou beneficiação e manutenção de caminhos agrícolas para as quais não dispõem de meios financeiros nem recursos humanos;

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a deputada signatária solicita ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

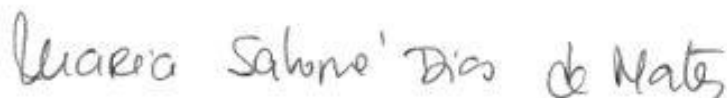
1 – Face ao reiterado incumprimento dos governos anteriores do disposto nos artigos 28.º, 36.º e 72.º do Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A, na redação que lhe foi dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 39/2008/A, está o XIII Governo dos Açores disponível para retificar esta situação?

2 - Considerando que o processo crescente de degradação da rede viária agrícola e da rede rural/florestal da ilha do Faial era do conhecimento do anterior Governo Regional, quais as diligências então desenvolvidas no sentido da recuperação das mesmas?

3 - Que medidas foram implementadas pelo anterior Governo Regional para a resolução e mitigação dos problemas associados à circulação dos agricultores no acesso às suas explorações, conforme era garantido na resposta ao requerimento n.º 473/XI?

Horta, 17 de dezembro de 2021

A Deputada



Salomé Matos